

LETRAMENTO DO SURDO NA ABORDAGEM BILÍNGUE

Silvanicleide Costa de Almeida¹

Resumo: Por longos séculos os surdos foram privados do acesso educacional e, posteriormente, por mais um século — dentro da perspectiva oralista — eles sequer podiam utilizar a língua de sinais. Este trabalho suscita uma reflexão sobre o processo de letramento do surdo na abordagem bilíngue onde o surdo passa por uma transitoriedade de sujeito que era literalmente marginalizado e descartado pela sociedade por sua surdez, até então vista como uma questão patológica, para um sujeito onde a surdez é considerada em muitos estudos Sociais e Culturais como uma questão identitária. Neste pressuposto, fomentamos uma discussão e análise de como se dá o processo de aquisição e letramento do surdo no bilinguismo. Logo, a questão que se traz é: como se dá o processo de letramento do surdo na abordagem bilíngue? Na tentativa de responder tal questionamento temos por objetivo geral: compreender o processo de letramento do surdo na abordagem bilíngue. E como objetivos específicos: discutir o conceito de Letramento com vistas à identificar o processo de letramento na Língua Brasileira de Sinais e Reconhecer o Letramento do surdo na Língua Portuguesa.

Palavras-Chave: Letramento. Bilinguismo. Libras.

¹ Mestranda em Crítica Cultural (UNEB-Campus II/ Alagoinhas-BA). Professora na rede municipal de Alagoinhas. Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia e Pós-Graduanda em Docência do Ensino Superior. Pesquisadora das questões da surdez, gênero e identidades. Endereço eletrônico: silvanclideanoscritica@hotmail.com.

DEAF LITERACY IN THE BILINGUAL APPROACH

Abstract: For many centuries the deaf were deprived of educational access and, later, for another century — within the oralist perspective — they could not even use sign language. This work raises a reflection on the deaf literacy process in a bilingual approach, where the deaf goes through a transience of a subject who was literally marginalized and discarded by society for their deafness, until then seen as a pathological issue, for a subject where deafness it is considered in many Social and Cultural studies as an identity issue. Bearing this in mind, we propose a discussion and analysis of how the acquisition and literacy process of the deaf takes place in bilingualism. Therefore, the question that arises is: How does the deaf literacy process take place in the bilingual approach? In an attempt to answer this question, our main objective is to understand the literacy process of the deaf in a bilingual approach. And as specific objectives we wish to discuss the concept of literacy in order to identify the literacy process in Brazilian Sign Language and Recognize the Literacy of the deaf in Portuguese.

Keywords: Literacy. Bilingualism. Sign language.

Introdução

Existem muitos tabus em que se concerne ao letramento. Muitos confundem o letramento com o processo de alfabetização. Outros afirmam que uma pessoa letrada é somente aquela que sabe ler e escrever. Este texto visa discutir acerca do processo de letramento do surdo na abordagem bilíngue através da questão: Como se dá o processo de letramento do surdo na abordagem bilíngue? Na tentativa de responder tal questionamento temos por objetivo geral: compreender o processo de letramento do surdo na abordagem bilíngue. E como objetivos específicos: discutir o concei-

to de letramento; identificar o processo de letramento na Língua Brasileira de Sinais e reconhecer o letramento do surdo na Língua Portuguesa.

Freire (1989) discorre sobre a leitura de mundo. Nesta perspectiva, uma pessoa que possua uma 'leitura' do mundo ou determinado tema, essa pessoa certamente é letrada. Assim, o letramento não diz respeito unicamente a um processo de escrita e leitura. Uma pessoa sem um nível mínimo de instrução pode ser mais letrada que um universitário em determinado aspecto.

Quando se trata da pessoa surda o processo de compreensão de letramento seria diferente? Ela vai passar praticamente pelo mesmo processo de letramento em sua língua materna? E Como acontece o letramento de uma pessoa surda na Língua Portuguesa?

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) também conhecida como língua de sinais ou língua gestual é uma língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Muito embora ainda existam muitos tabus no que concerne a essa língua, ela é uma língua como outra qualquer sendo única em cada país e com regras e métodos específicos a ser usada. Logo, de acordo a (GESSER, 2009) ela não é universal sendo diferente em cada nação, ou seja, em cada país, os surdos utilizam uma língua de sinais a exemplo da Língua Brasileira de Sinais que é usada pelos surdos brasileiros, a ASL que é a língua de sinais americana utilizada nos Estados Unidos ou a LSF (Língua de Sinais Francesa) a língua de sinais que foi utilizada como uma espécie de parâmetro para a formação de outras línguas de sinais incluindo a Libras.

As línguas são uma forma específica de linguagem utilizada entre os homens. No Brasil, a língua oficial do país é a Língua Portuguesa. Contudo, essa é uma língua totalmente oralizada e escrita e, por muito tempo serviu como subsídio somente à comunidade ouvinte. A partir de uma necessidade

de comunicação entre os indivíduos surdos que, como conta a história na Educação dos surdos eram proibidos até de utilizar a língua de sinais como forma de comunicação, ficou oficializada em abril de 2002 a Lei 10436/2002 que oficializa a Libras como língua natural da comunidade surda brasileira e em 22 de dezembro de 2005 o decreto 5.626 que vem regulamentar a lei supracitada. Essa foi uma iniciativa para a inclusão, inserção e interação entre a comunidade surda e ouvinte.

Nesta perspectiva, na próxima seção do artigo, serão abordados alguns conceitos acerca do letramento e posteriormente como acontece o letramento no contexto da pessoa surda em uma abordagem bilíngue.

Letramento do surdo na abordagem bilíngue O que vem a ser o Letramento?

Letramento: esse é um termo muito utilizado na área da Educação, sobretudo no contexto da sala de aula. Termo este muito confundido com a alfabetização. Logo, é um termo conhecido e utilizado, porém, muito confundido com o processo de leitura e escrita. Se fizermos um levantamento ou questionário aos profissionais da Educação, em especial os professores e perguntarmos o significado do letramento teríamos uma variedade significativa de conceitos e nesse sentido que Ângela Kleiman (2005) afirma que o letramento não é um método. Ou seja, o letramento não pode ser utilizado como uma novidade metodológica. Ela diz também que o letramento não é alfabetização, muito embora esse processo esteja incluso no letramento. Assim, o letramento é um processo macro onde abarca vários outros processos. Poderíamos destacar vários processos que não é o letramento: letramento não é habilidade, letramento não é decodificar códigos. Enfim, muitos processos que estão inclusos no letramento, mas que isoladamente não é letramento.

Para compreender melhor o que de fato é o letramento vamos passear nas leituras da disciplina supracitada.

Paulo Freire *citado por* Kleiman (2005) “utilizou o termo alfabetização com um sentido próximo ao que hoje tem o termo letramento, para designar uma prática sociocultural de uso da escrita que vai se transformando ao longo do tempo [...]”. No entanto, o letramento perpassa esse conceito para a autora.

O letramento abrange o processo de desenvolvimento e o uso dos sistemas da escrita nas sociedades, ou seja, o desenvolvimento histórico da escrita refletindo outras mudanças sociais e tecnológicas, como a alfabetização universal, a democratização do ensino, o acesso a fontes aparentemente ilimitadas de papel, o surgimento da internet (KLEIMAN, 2005, p. 21).

Em contexto com a citação acima, o letramento abrange aspectos distintos: aspectos históricos, cultural, social. Uma pessoa considerada culta e letrada em determinada cultura, para outra poderia não ser. Isso se considerarmos o letramento unicamente enquanto aspecto linguístico.

Em Pereira (2018) existe uma leitura muito pertinente para aqueles que querem compreender de fato os diversos aspectos do letramento. Neste livro, ela apresenta narrativas autobiográficas de cinco idosas, onde é destacado suas experiências, saberes, aprendizagens e táticas de letramento. Quem aqui ousaria dizer que essas senhoras, ainda que em fase de alfabetização, não são letradas? E suas habilidades e saberes? O cozinhar divinamente, a costura perfeita ou até mesmo os afazeres domésticos com destreza e maestria. Em determinados aspectos elas são mais letradas que o mais habilidoso na leitura ou escrita do mais sublime texto ainda que “a escrita e a leitura são consideradas instrumentos de poder” (PEREIRA, 2018, p. 99) logo, muitas pessoas, não se sentem empoderadas, ou seja, em poder da leitura e escrita.

Entretanto, essa é uma questão social e não restrita a uma classe social específica. Associar o letramento unicamente ao processo de leitura e escrita é afirmar que letramento é simplesmente alfabetização.

Em síntese, e para encerrar este tópico, conclui-se que a invenção do letramento, entre nós, se deu por caminhos diferentes daqueles que explicam a invenção do termo em outros países, como a França e os Estados Unidos. Enquanto nesses outros países a discussão do letramento — *illettrisme*, *literacy* e *illiteracy* — se fez e se faz de forma independente em relação à discussão da alfabetização — *apprendre à lire et à écrire*, *reading instruction*, *emergent literacy*, *beginning literacy* —, no Brasil a discussão do letramento surge sempre enraizada no conceito de alfabetização, o que tem levado, apesar da diferenciação sempre proposta na produção acadêmica, a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do conceito de letramento, por razões que tentarei identificar mais adiante, o que tem conduzido a um certo apagamento da alfabetização que, talvez com algum exagero, denomino desinvenção da alfabetização, de que trato em seguida (SOARES, 2004, p. 8).

Nesta perspectiva, as autoras corroboram reforçando que o letramento não é unicamente o processo de alfabetização. Atualmente, a palavra letramento não é encontrada nos dicionários, provavelmente em detrimento da complexidade e variação dos tipos de estudos que se enquadram nesse domínio (KLEIMAN, 2001). Ao pesquisar sobre a temática dentre os conceituados autores nos deparamos com uma variação daquilo que é ou até mesmo do que não vem a ser o Letramento. Logo, não se pode definir um conceito estrito, fechado em uma única perspectiva do que é o letramento. Para (SOARES, 2001) "Letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita". Nesta perspectiva, o

Letramento desenvolve uma função social da escrita e da leitura ao passo que a alfabetização é o processo de aprendizagem onde o sujeito desenvolve a competência de ler e escrever. Ou seja, um diz respeito à competência do ato de ler e escrever já o outro a concerne a função e resultado dessa competência.

Letramento dos surdos: conhecendo a Língua Brasileira de Sinais

Os surdos brasileiros utilizam a Língua Brasileira de Sinais, uma língua espaço-visual que apresenta uma estrutura e normas assim como as demais línguas vistas, essa que não é uma língua universal, pois cada país tem uma língua de sinais oficial e não se trata de mímica ou sinais gesticulados. Destacando que ela — a língua de sinais — de acordo a atende a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, na sintaxe, no léxico além de outros aspectos linguísticos e fonológicos bem como na morfologia, semântica e pragmatismo (STOKOE, 1960).

Assim a Secretaria Municipal de Educação afirma que:

Apesar da diferença existente entre línguas de sinais e línguas orais, ambas seguem os mesmos princípios no sentido de que têm um léxico, isto é, um conjunto de símbolos convencionais, e uma gramática, ou seja, um sistema de regras que rege o uso desses símbolos (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2008, p. 14).

William C. Stokoe (1965), sendo o primeiro pesquisador a perceber essas características na língua de sinais americana (ASL), investigou a formação do sinal e definiu três parâmetros: a configuração de mãos, localização e movimento. Contudo, teve um quarto parâmetro acrescentado por Battison (1974) que se refere à orientação das palmas das mãos. Alguns estudos nos anos seguintes, como o de Baker (1984),

incluíram a expressão facial, a direção do olhar como distintivos da Língua de Sinais Americana. No Brasil também não foi diferente, são cinco parâmetros que ancoram esta língua.

De acordo com Ferreira (2010), os aspectos estruturais da Libras são constituídos por cinco Parâmetros: (1) Configuração da(s) Mão(s) são as diversas formas que a(s) mão(s) toma(m) na realização do sinal. Podendo ser em formas de letras (empréstimo linguístico da língua portuguesa), de números ou outras. (2) Ponto de Articulação (PA), também chamado de Locação, é o espaço em frente ao corpo (espaço neutro) ou uma região do próprio corpo, onde os sinais são articulados; (3) Orientação (O) é a orientação da palma da mão durante a realização do sinal, que pode ser: para cima, para baixo, para dentro, para fora ou para o lado. (4) Componentes Não manuais (Expressão Facial) são utilizados para definir ou intensificar os significados dos sinais. (5) Movimento é o deslocamento da mão no espaço.

Mesmo com uma regulamentação da Lei de Libras, a comunidade surda ainda continuaria à margem da sociedade no que se refere a comunicação com os demais ouvintes, visto que, ainda haveria uma necessidade de serem inseridos também na língua oficial de seu país. Assim, sua educação permeia não apenas a aprendizagem da língua de sinais, mas também da Língua Portuguesa, ou seja, quando se trata do contexto educacional do indivíduo surdo, as línguas envolvidas nesse processo, têm um papel fundamental para o desenvolvimento e inserção desses indivíduos com deficiência auditiva na comunidade ouvinte. Contudo, para que esse surdo possa ter domínio na Língua Portuguesa como uma segunda língua, é evidente que inicialmente ele domine sua língua materna, a Língua de Sinais que será a sua primeira língua. E esse vem a ser o papel do bilinguismo: configurar a coexistência de ambas as línguas viabilizando uma educação bilíngue considerando o contexto em que este surdo está inserido.

A Educação especial de surdos bem como sua inserção em escolas regulares tem sido tema central de projetos de inclusão das pessoas com necessidades especiais. Obviamente, ser surdo não significa não ter capacidade de aprendizagem uma vez que a sua deficiência encontra-se na falta de audição e não em sua cognição. Logo, as Políticas Públicas de Educação Inclusiva vêm permeando a inserção destes surdos em escolas regulares através de uma equipe de profissionais com os professores e intérpretes em Libras. Alguns marcos políticos fundamentais na educação dos surdos no Brasil foi a Lei n. 10436/02 que qual “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais — Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (art. 1) e o Decreto n. 5626/05 que regulamenta a Lei referida e lhe atribui outras providências como acesso dos surdos na escola regular e o direito ao intérprete na sala de aula, a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória na formação de professores, o ensino da Língua Portuguesa escrita como segunda língua visando uma educação bilíngue para os surdos.

Contudo, ainda há muito que se estudar e perceber em relação a este processo bem como avanços nas Políticas de Educação Inclusivas para o surdo visto que, antes de sujeito surdo ser inserido em escolas regulares, mesmo contando com o auxílio de intérpretes, se faz necessário que este surdo esteja inserido em sua língua materna, que é a Libras pois, este aluno surdo pode ser amparado pela lei inclusiva com o intérprete em sala de aula, mas não compreender a língua de sinais visto que ainda não teve contato com a comunidade surda.

Neste sentido, para que o bilinguismo funcione de maneira efetiva, se faz necessário também que surdos oriundos de pais ouvintes e não tem contato com a comunidade surda, seja alfabetizado na língua de sinais antes da Língua Portuguesa pois é a sua língua materna que vai proporcionar uma

melhor aprendizagem e inclusão em escolas regulares se é o que ele realmente deseja.

A educação bilíngue permeia o contexto educacional do surdo a fim de proporcionar uma inserção e interação entre ouvintes e surdos. Diferente do oralismo e da comunicação total que privilegiava unicamente os ouvintes, o bilinguismo surgiu como subsídios da comunidade surda onde estes, poderão ter acesso a interlocutores surdos bem como, com usuários da Língua Portuguesa.

Podemos ressaltar também que essa interação com interlocutores pode contribuir na autoestima dos surdos que poderão perceber-se diferentes, contudo, não como deficientes no que concerne a uma maioria ouvinte. Assim, eles reforçam o sentimento de pertença, seja social, política, educacional ou culturalmente.

O bilinguismo foi ratificado através do decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005 que direcionou a educação bilíngue. Nesta perspectiva, a Língua Brasileira de Sinais seria a língua de instrução dos surdos, ou seja, sua primeira língua denominada (L1) e a Língua Portuguesa, a segunda língua (L2) uma vez que esta é a língua oficial do Brasil, podendo haver também uma interação entre o surdo e uma língua estrangeira denominada LE.

Além de ser língua de instrução, no modelo bilíngue, a Língua Brasileira de Sinais é uma disciplina que vai possibilitar aos alunos surdos tanto conhecimento, ampliação e aprofundamento no uso da língua, quanto reflexão sobre a gramática e sobre o funcionamento da língua nos diferentes usos: coloquiais, literários, formais e informais, entre outros (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2008, p. 11).

Neste ângulo, compreende-se que, sendo instruído por sua primeira língua que traz todo um aparato funcional e estrutural, o surdo terá mais facilidade para adquirir outras línguas, compreender estruturas sintáticas, bem como dife-

reenciar a norma culta e coloquial bem do mesmo modo como entenderá que a língua oral ou escrita exige certa formalidade em alguns momentos. Quanto à metodologia do bilinguismo propriamente dita, Sánches citado por Ramos (1992), acredita que o quanto antes uma criança surda entrar em contato com a Língua de Sinais e adquiri-la através da interação social, assim como acontece com o processo de aquisição de uma língua oral em uma criança ouvinte, faz com que ela desenvolva normalmente uma linguagem tendo assim o acesso a segunda língua — a língua escrita — garantido. Desta forma, aprender as estruturas da sua língua materna possibilitará uma melhor abordagem bilíngue, seja ela na Língua Portuguesa ou em outra Língua Estrangeira.

Contextualizando, a educação bilíngue é aquela em que duas línguas estão envolvidas no processo. Para os surdos brasileiros, é a aprendizagem da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa seja ela de forma escrita ou até mesmo, apenas quando é possível, na língua oral. Contudo, o bilinguismo, da maneira como entendemos, não se configura apenas em aprender duas línguas distintas visto que se trata de um pressuposto em que se implica em uma filosofia educacional, ou seja, se trata de significativas mudanças no processo educacional que permite o desenvolvimento linguístico e cognitivo para o surdo bem como, o estabelecimento ideológico da própria identidade.

Certamente, a educação bilíngue exige a presença de um profissional experiente e dominante das duas línguas envolvidas, pois, para ensinar uma segunda língua, se faz necessário a existência de uma primeira língua. Notoriamente, um professor que tenha domínio apenas na Língua Portuguesa e tenha interesse em assumir esse papel terá como um objetivo e necessidade aprender a Libras. Contudo, não será apenas um curso de Libras de qualquer qualidade ou extensão que irá satisfazer estas necessidades. Segundo Wilcox:

Para a educação de alunos surdos, precisamos de professores *fluentes* em Libras, precisamos urgentemente de professores *surdos*, e precisamos de professores bem formados, preparados para o ensino da gramática e dos usos sociolinguísticos de Libras, bem como para o ensino de Português como segunda língua para surdos (WILCOX, 2005, p. 11-12).

Sendo assim, se faz extremamente necessário que tais profissionais estejam totalmente preparados para atuar com a alfabetização do surdo em uma abordagem bilíngue ou o processo educativo não terá um efetivo significado para o surdo.

Letramento na Língua Brasileira de Sinais

A Língua Brasileira de Sinais como qualquer outra língua, também possui diferentes expressões é diferente em cada país, ou seja, se um surdo for a outro país, poderá ter dificuldades de comunicação entre outros surdos assim como os ouvintes pois as línguas são únicas em cada nação.

Os sinais da Libras são formados com a combinação de cinco parâmetros: a configuração de mãos que são as formas diferentes que se configuram as mãos podendo formar o alfabeto manual ou até mesmo sinais específicos. Esses sinais podem ser feitos com uma mão, ou até mesmo com as duas mãos. O ponto de articulação é um parâmetro que representa o local onde o sinal é feito podendo ser em um espaço neutro ou até mesmo no próprio corpo. Existe também o movimento que é um parâmetro onde um determinado sinal pode ter ou não o movimento que vai da configuração de mãos até o ponto de articulação, caso o sinal tenha movimento. A expressão facial é um parâmetro específico para indicar determinada expressão como dor, culpa, alegria e desculpas. E por fim. Tem a orientação/direção que tem relação com os demais parâmetros acima, indicando a direção do movimento.

No sistema de transcrição da Libras as palavras escritas na Língua Portuguesa são indicadas em caixa alta, ou seja, todas letras maiúsculas e seu alfabeto manual com nomes de pessoas e próprios são separados por hífen. Em relação aos verbos, são sempre apresentados no infinitivo e suas frases sempre obedecem a estrutura da Libras e não do Português.

O sistema de transcrição da Língua de Sinais para a Língua Portuguesa possui peculiaridades que servem para facilitar o momento de contato do leitor com a transcrição, ou seja, é um processo considerado fácil à medida que haja uma dedicação e atenção por parte de quem o transcreve, ao mesmo tempo em que deve possuir atenção também com o interlocutor que serve para evitar equívocos levando em consideração as palavras sinônimas existentes na Língua Portuguesa.

A medida que os surdos não podem ouvir e assim, não poderiam desenvolver uma língua oral assim como na Língua Portuguesa, desenvolveram com o passar das gerações, a Língua de Sinais que é uma língua visual e gestual. Neste contexto, a língua de sinais vem a ser para o indivíduo surdo, o que a língua Portuguesa é para os ouvintes: fundamental para a sua comunicação e interação.

Em seu meio familiar, muitos pais ouvintes sentem dificuldades em se comunicar com seus filhos que não conseguem ouvir e tampouco compreender os pais e isso dificulta ainda mais esta inserção dos surdos, pois quanto antes o surdo tiver contato com a comunidade surda, antes ela irá se desenvolver na Língua de Sinais que pode acontecer de maneira natural e fácil, dependendo de quando este surdo terá o contato com a língua.

Convém ressaltar que a aquisição da Língua brasileira de sinais em crianças surdas oriundas de pais surdos que tenham domínio da língua de sinais acontece em período análogo à aquisição oral da Língua Portuguesa em crianças ou-

vintes, de acordo com Quadros (2006) a criança que aprende a língua de sinais logo cedo é possibilitada de adentrar a linguagem e suas nuances. Assim sendo, a experiência de interagir com usuários da língua de sinais vai possibilitar que a criança adquira a língua de maneira natural.

Contudo, crianças surdas que possuam pais e mães ouvintes, de acordo com Behares citado por Leite, que se configura em cerca de 96% destas crianças, e, desta forma não adquirem a língua de maneira natural levando em consideração que é a interação com a comunidade que possibilita uma aprendizagem espontânea e natural.

Nos primeiros anos de vida, a criança surda não tem acesso à comunidade através da língua, a não ser no caso em que seja objeto de uma terapia muito precoce da fala. Sua relação com os pais se estabelece mediante mecanismos não verbais de interação, limitados, nos níveis conceituais, às incipientes convencionalizações gestuais, que podem estabelecer com os mesmos. [...] A escola é “doadora universal” de linguagem em suas múltiplas formas (BEHARES *apud* LEITE, 2005, p. 14-15).

Logo, estas crianças surdas quando inseridas através da inclusão escolar na Educação Infantil em turmas de alunos ouvintes, ainda de acordo com Leite (2005), podem prejudicar a sua aprendizagem na Língua de Sinais. Em vista disso, é na escola de surdo que essa aquisição é propiciada de maneira natural e espontânea. O processo de alfabetização em Libras é muito similar com os ouvintes, pois se dá através da memorização. Contudo, para os surdos é um processo muito mais fácil do que para um ouvinte que deseja aprender a língua de sinais já que o ouvinte traz consigo um conjunto de significações e códigos da sua língua de origem, como sua estrutura, a sintaxe, o léxico, mesmo que não conheça todas as normas que regem a língua.

No caso do surdo, embora ele já tenha diversas formas de comunicação como a linguagem não verbal, por exemplo, não conhece as regras existentes em uma língua, mas já está familiarizado com os sinais, mesmo que de maneira informal. Contudo, o processo acontece naturalmente, pois, da mesma forma que a Língua Portuguesa é a língua oficial no Brasil, é aprendida por crianças ouvintes através da interação entre a família e a comunidade ouvinte, com o surdo não seria diferente. Assim, entra o papel muito importante nesse processo quando se trata de pais e mães ouvintes.

Quando a criança surda tiver a chance de, no início do seu desenvolvimento, contar com pais dispostos a aprender a língua de sinais, com adultos surdos, com colegas surdos, quando ela narrar em sinais e tiver escuta em sinais, a dimensão do seu processo educacional será outra (QUADROS *apud* PEREIRA, 2009, p. 8).

Desta forma, o papel da família é imprescindível na aquisição da língua de sinais para o surdo.

No que concerne ao processo de alfabetização da língua de sinais, existe um percurso denominado semiótico que é o estudo de signos e significações quando entendemos que a Língua Brasileira de Sinais nada mais é que signos ou significação que possibilitam a vida e comunicação destes surdos em sociedade. Claramente, o objetivo deste trabalho monográfico, não é adentrar no processo semiótico e sim citar a sua importância na compreensão e não apenas decodificação de códigos.

É um processo muito objetivo onde a memorização é utilizada como método, ou seja, o professor mostra aos alunos surdos uma figura, faz o sinal e eles memorizam. E então, eles vão memorizando todos os sinais através deste método. As frases são curtas e verbais assim como cita Pereira (2009) que frases como “Eu gosto de ir ao parque”, através da língua de sinais ficaria simplesmente “Eu gosto ir parque”, estes

sinais pertencem, portanto, as categorias lexicais ou até mesmo as classes de palavras, como nome, advérbios, adjetivos e verbos.

A autora Quadros *citada por* Pereira (2009) indica que este processo será muito mais significativo se houver um contato com a Língua Portuguesa, adquirindo alguns conceitos da língua. E ainda que quando crianças surdas se apropriam da leitura e da escrita de sinais, facilitará a sua escrita e leitura do português. Desta forma, a abordagem bilíngue permite uma inserção do surdo na sociedade e no mundo.

Existem algumas fases quando a aquisição da Libras acontece logo na infância. Na primeira fase, o período é bastante similar à aquisição das palavras nas crianças ouvintes e com as crianças surdas são produzidas uma sequência gestual muito parecida com os sinais. Contudo, são somente alguns movimentos de mãos que vão se formando. Logo depois desta fase, a criança surda começa a nomear os objetos e coisas ao seu redor através da união do objeto com o sinal, onde se configura as suas primeiras palavras sinalizadas. Porém, os parâmetros ainda não são utilizados de maneira correta e coerente da mesma maneira que crianças ouvintes ainda não pronunciam palavras corretamente.

A criança surda começa a produzir pequenas frases a partir de dois anos e meio, mas, são frases sem concordância em consonância com a sua idade. Em contrapartida, com o passar dos anos e quanto mais contato ela tiver com a comunidade surda, mais fácil será este processo de aquisição adquirindo processos morfológicos mais complexos até os cinco anos de idade que é quando normalmente aumentará seu vocabulário bem como suas frases serão maiores e cada vez mais complexa. Salientando que as dificuldades da criança surda em adquirir a língua de sinais são semelhantes as de um ouvinte ao aprender uma língua oral qualquer. Logo, quanto antes a criança tiver contato com a língua neste pro-

cesso, mais ela se apropriará da sua identidade, língua, cultura e comunidade surda.

Letramento na Língua Portuguesa no contexto do aluno surdo

Diferentemente da aquisição da língua de sinais que poderá acontecer de maneira natural à medida que a criança surda é inserida e tem contato com outras pessoas surdas logo cedo, a Língua Portuguesa escrita é um processo mais complicado visto que ele nunca teve contato com a oralidade assim como as crianças ouvintes.

De acordo com Botelho (2002), um dos maiores problemas na alfabetização do surdo na L2 é o seu domínio na L1, ou seja, quando o surdo tem o pleno domínio da língua de sinais que é a sua língua materna, seu processo de aquisição da Língua Portuguesa será facilitado e muito mais fácil e prático. E esta é a importância do bilinguismo uma vez que a proposta do surdo bilíngue é aprender e dominar a sua língua materna e posteriormente, a L2.

Contudo, isso foi se modificando com o tempo através da Lei 10.436, uma vez que nem sempre a educação do surdo tinha tanta importância, pois as suas especificidades eram ignoradas à medida que eram utilizadas as mesmas metodologias dos alunos ouvintes, bem como os mesmos materiais, o que resultou em uma prática de escrita repetitiva e estereotipada dificultando o uso efetivo da língua. Neste sentido, se o surdo não conseguir dominar a língua, logo teria dificuldades em compreender muitas palavras do texto e assim, iria apenas decodificar códigos.

A alfabetização do surdo na Língua Portuguesa, será permeada por um processo. Contudo, para a criança ouvinte, este processo é bem mais fácil visto que ela tem a possibilidade de relacionar a língua oral com a escrita e leitura. Mas, o surdo não possui a língua oral, logo, não poderá estabelecer

esta relação e por isso, ele vai utilizar os mesmos parâmetros e estrutura da língua de sinais.

Internalizando este contexto da educação dos surdos, surge a importância da significação e do desenvolvimento interno de forma consciente de uma compreensão da utilidade da escrita onde se tenha metodologias próprias e efetivas através de relações familiares e objetos de seu cotidiano, sempre estabelecendo uma relação entre os objetos e as palavras. Assim, sua alfabetização, acontecerá por memorização de códigos onde há um contato visual de tudo ao seu redor articulado à escrita.

Existem duas formas distintas e articuladas de aprender a Língua Portuguesa, a leitura e a escrita. E ambas estão entrelaçadas visto que não haverá como compreender o que se escreveu se não souber ler. No entanto, tanto o processo de leitura como o da escrita para o surdo é extremamente complicado e processual. São etapas que ele transpassará e em cada etapa, o desafio será maior, ou seja, para o surdo aprender a ler e escrever a Língua Portuguesa, deverá se dedicar muito e ser muito persistente.

Assim, apenas através do bilinguismo este processo é possível, uma vez que toda a aula acontecerá na Libras, inclusive a leitura e interpretação de histórias, pois, trabalhar a compreensão do texto na língua de sinais facilitará a compreensão da Língua Portuguesa.

Para trabalhar a leitura do surdo, o professor deve conversar na língua de sinais sobre a interpretação do texto, pois o objetivo inicial é discutir sobre alguns elementos linguísticos que estão presentes no texto e auxiliar o surdo na aprendizagem da leitura.

Neste sentido, se faz necessário que o professor elenque algumas questões primordiais nesta fase de aprendizagem. Uma delas é o conhecimento que o aluno surdo tem sobre a temática abordada, isso ele vai perceber através das

discussões em sala de aula. Outro questionamento do professor é a forma específica que este conhecimento prévio do aluno pode contribuir para a apresentação do texto em si e qual motivação ele recebe para a aprendizagem de leitura visto que é importante que ele não apenas aprenda a decodificar as palavras mais que dê significado a cada uma delas e ao contexto em geral.

De acordo com Quadros (1997), devem ser apresentados textos de acordo com a faixa etária da criança ao mesmo tempo em que se devem apresentar textos verdadeiros. Existem uma série de textos que podem ser trabalhados com crianças da Educação Infantil, como os contos e histórias infantis, até o Ensino Fundamental como revistas em quadrinhos, que são muito atrativos para crianças, sejam elas surdas ou ouvintes. O que realmente importa é se o texto fará sentido para a sua vida e até para o contexto da sala de aula.

Convém salientar, que no caso da alfabetização de alunos surdos na Língua Portuguesa, a compreensão vai favorecer a produção, assim, a leitura é quem vai colaborar com a escrita. Compreendendo e assimilando tais ideias, percebe-se que o processo de leitura será primordial para a aquisição da escrita do surdo.

Existem diversos níveis que perpassam a educação do surdo nesse processo de leitura. Inicialmente o surdo irá ler sinais referentes a objetos e coisas concretas que estejam relacionadas com seu cotidiano. Posteriormente, poderá ter acesso a sinais com desenho que podem representar um objeto ou até mesmo indicar uma ação, bem como ler uma palavra representada por um desenho. Logo após estas etapas, o surdo terá acesso ao alfabeto manual onde irá relacionar cada sinal a palavra soletrada no alfabeto manual e, por fim, terá acesso à palavra escrita no texto onde vai ler a palavra diretamente no texto em questão.

É um processo também muito similar ao da alfabetização dos ouvintes à medida que a leitura que vai proporcionar uma boa escrita, ou seja, quanto mais o aluno compreende o texto, mais produções escritas realizará. Assim como a leitura, a escrita também deverá ter significado para o aluno, ainda mais se tratando do aluno surdo, pois o mesmo não dispõe da oralidade para justificar a sua aprendizagem na escrita e leitura da Língua Portuguesa. Assim, poucos surdos aprendem efetivamente a língua tendo total domínio sobre ela, um detalhe difícil até mesmo para os ouvintes.

Um significado muito real para os alunos surdos neste processo de leitura e escrita é a produção de textos e a confecção de livros contendo as escritas dos alunos e suas ilustrações, também para que possam levar para casa e mostrar as suas famílias, isso incentiva na escrita.

O desejo de ver seus alunos aprendendo cada vez mais pode fazer com que os professores exijam demais dos seus alunos surdos com a estruturação frasal, a concordância verbal e nominal. Contudo, inicialmente a preocupação deve estar relacionada apenas à exposição do pensamento do aluno. Seu posicionamento crítico sobre determinado tema. Isso vai fazer com que a produção escrita seja desafiadora, estimulante e atraente para as crianças e não um processo fatigante e entediante ou até mesmo obrigatório, que tira todo o prazer da leitura e da escrita pelo simples prazer de ler e produzir.

Considerações finais

O estudo discorre sobre a abordagem bilíngue onde está alicerçada a Educação dos Surdos. Neste sentido, convém ressaltar os principais pontos citados neste trabalho.

Muito antes de pensar e estudar os que os teóricos discutem sobre o tema, se fez necessário rever a Educação dos Surdos através dos tempos históricos que eram considera-

dos, por muito tempo, como seres sem capacidade de pensar e, também, de aprender. Vimos também que os surdos eram obrigados a se comunicar através do oralismo, mesmo sem ter a mínima condição de oralizar, ou seja, eles eram proibidos de utilizar sinais para sua comunicação. Logo após este período surgiu a Comunicação Total que defendia o uso paralelo de duas línguas: a oralidade e os sinais. Porém, não alcançou os resultados promissores.

Posteriormente, surgiu o bilinguismo que veio defender e dar significado à língua oficial da comunidade surda. No bilinguismo, o surdo aprende a sua língua materna que é a Língua Brasileira de Sinais e depois a Língua Portuguesa. Logo, a sua aquisição e domínio na língua de sinais é que vai ancorar a sua aprendizagem na língua Portuguesa.

É muito importante compreender a Libras como fundamental como ferramenta na construção da identidade do sujeito surdo e não somente na sua alfabetização da Língua Portuguesa visto que é através da interação com a comunidade surda e também com a comunidade ouvinte que o indivíduo surdo vai se perceber parte integrante da sociedade como um todo sem uma dicotomia de sentimento de pertença. Este indivíduo deve se sentir parte de um todo que se configura na comunidade social de maneira geral e não apenas na comunidade ouvinte ou surda de modo específico.

Para que sua aprendizagem e sentimento de pertença sejam de fato significativos, o surdo deve ter contato o mais breve possível, logo quando criança, com outros surdos e com a língua de sinais principalmente se forem oriundas de pais ouvintes. Desta forma, sua aquisição da língua de sinais acontecerá de maneira análoga à aquisição da língua oral de uma criança ouvinte. Isto demonstra claramente a capacidade de aprendizagem do indivíduo surdo, pois sua deficiência é unicamente auditiva e não cognitiva.

Neste contexto, a aprendizagem do surdo na língua de sinais será através da memorização, ou seja, da mesma forma também que a aprendizagem do ouvinte. Assim, o professor mostra a figura e faz o sinal e o surdo vai estabelecendo conexões entre os objetos e os sinais que representam os objetos. Além da memorização, existe a semiótica que é a compreensão e significado de cada objeto e cada frase quando se compreende que a semiótica é o estudo dos signos e significação. Este é um método muito eficiente, pois leva ao entendimento e a efetiva apreensão de tudo o que foi visto.

Posteriormente à aprendizagem da língua de sinais, acontece o processo de letramento do surdo na Língua Portuguesa. No entanto, diferentemente do processo anterior que pode ocorrer de maneira natural, este é mais complexo e demorado para o surdo. Não por serem incapazes de aprender a língua, mas por não terem a oralidade como referência. Infelizmente, muitos surdos não conseguem prosseguir com os estudos da língua, muitas vezes por desistirem considerando uma língua muito difícil de ser aprendida, assim, sua leitura e escrita será basicamente a fase inicial para a aprendizagem da Língua Portuguesa, assinalamos a importância da leitura para o aprimoramento da escrita. Logo, quanto mais o surdo aprimora a sua leitura, melhor será a sua escrita.

Em justaposição, percebendo e refletindo a importância da atuação de profissionais para a Educação Bilíngue, enfatizamos a formação na área linguística tanto da Língua Portuguesa como da Língua Brasileira de Sinais como um processo primordial para a configuração de uma práxis pedagógica que está ancorada a uma articulação entre a teoria e a prática. Ou seja, sem esta prática pedagógica não é possível ter a sensibilidade e a competência para se perceber as necessidades entrelaçadas à Educação dos Surdos na abordagem bilíngue.

Referências

- BRASIL. *DECRETO N. 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005*. Extraído em 10/12/2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.
- BATTISON, Robbin. *Phonological Deletion in American Sign Language*. Sign Language Studies 5, p. 1-19, 1974.
- BOTELHO, Paula. *Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- FERREIRA, Lucinda. *Por uma gramática das línguas de sinais*. Tempo Brasileiro, UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- GESSER, Audrei. *Libras? que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.
- KLEIMAN, Ângela B. *Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?* Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.
- LEITE, Emeli Marques Costa. *Os papéis do Intérprete de Libras na sala de aula inclusiva*. Editora Arara Azul, 2005.
- PEREIRA, Aurea da Silva. *Letramentos, empoderamento e aprendizagens*. Campinas: Mercado de Letras, 2018.
- PEREIRA, Simone Rodrigues. *Os processos de Alfabetização e Letramento em Libras: Um percurso Semiótico*. São Paulo: Bebedouro, 2009.
- QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre. Artes Médicas. 1997.
- QUADROS, Ronice Müller de. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- RAMOS, Clélia Regina; GOLDFELD, Marcia. Vendo Vozes: os passos dados na direção da realização de um programa de televisão para crianças surdas. In: *GELES*, n. 6, Ano 5, Babel, 1992.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Língua Portuguesa para pessoa surda*. São Paulo: SME / DOT, 2008.

SOARES, Magda. *Letramento um tema três gêneros*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b.

STOKOE, W. 1960. *Sign Language Structure: An outline of the visual communication systems of the american deaf*. *Studies in Linguistics*: University of Buffalo.

WILCOX, Sherman. *O ensino da língua de sinais americana como segunda língua*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005.

[Recebido: 28 jul. 2021 — Aceito: 4 set. 2021]